

A cultura como forma de resistências dos povos indígenas

Culture as a form of resistance of indigenous peoples

Uilamir Costa de ALENCAR¹
Anyelle Samy Costa de OLIVEIRA²
Thays Mara Almeida do CARMO³
Alan de Souza PRAZERES⁴

Resumo

O presente artigo discute, em uma perspectiva teórica, o uso da categoria cultura como instrumento de resistência pelos povos indígenas. Partindo de questionamentos acerca da relação entre cultura e tradição, busca-se compreender como essa categoria, entendida como construção discursiva e dinâmica (Geertz, 2008; Bakhtin & Volochinov, 1995; Wagner, 2018), é mobilizada estrategicamente frente a processos históricos de colonização, subalternização e apagamento. A pesquisa, de caráter qualitativo, foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica articulando autores clássicos e vozes indígenas (Kayapó, 2016; Baniwa, 2016). Os resultados evidenciam que, embora historicamente silenciados por práticas coloniais que implicaram violências materiais e simbólicas, os povos indígenas ressignificam a categoria cultura, transformando-a em recurso político.

Palavras-Chave: Cultura. Colonialismo. Resistência indígena.

Abstract

This article discusses, from a theoretical perspective, the use of the category of culture as an instrument of resistance by Indigenous peoples. Based on questions about the relationship between culture and tradition, it seeks to understand how this category, understood as a discursive and dynamic construction (Geertz, 2008; Bakhtin & Volochinov, 1995; Wagner, 2018), is strategically mobilized in the face of historical processes of colonization, subalternization, and erasure. The qualitative research was developed through a literature review linking classical authors and Indigenous voices (Kayapó, 2016; Baniwa, 2016). The results demonstrate that, although historically

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre. E-mail: uilamir.alencar@sou.ufac.br

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre. E-mail: anyelle.oliveira@ufac.br

³ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre. E-mail: thays.carmo@sou.ufac.br

⁴ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre. E-mail: alan.prazeres@sou.ufac.br

silenced by colonial practices that entailed material and symbolic violence, Indigenous peoples reframe the category of culture, transforming it into a political resource.

Keywords: Culture. Colonialism. Indigenous resistance.

Introdução

Este artigo tem como objetivo discutir, em uma perspectiva teórica, a importância do uso da categoria cultura pelos povos indígenas como ferramenta de resistência. A reflexão parte de questionamentos fundamentais: o que é cultura? Será a mesma coisa que tradição? A tradição gera cultura? Ou a cultura gera a tradição? E mais, qual a importância do uso da categoria cultura como forma de resistência pelos povos indígenas?

Segundo Geertz (2008)

o conceito de cultura [...] não possui referentes múltiplos nem qualquer ambiguidade fora do comum, segundo me parece: ele denota um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida (Geertz, 2008, p. 66).

Essa definição ressalta que a cultura não é algo solidificado, muito pelo contrário trata-se de um fenômeno dinâmico, em constante transformação. Nesse sentido, o foco deste estudo recai sobre a utilização dessa categoria pelos grupos indígenas, dada a relevância que essa discussão apresenta. Ao considerar as lutas enfrentadas pelos povos indígenas, a mobilização dessa categoria revela-se necessária como uma ferramenta estratégica de resistência frente aos processos históricos de colonização, subalternização e apagamento de suas vozes, narrativas e legitimidades culturais.

Ao refletirmos acerca das práticas culturais indígenas, evidenciamos a deslegitimação histórica e o longo processo de silenciamento, proveniente de uma lógica imposta pelo colonialismo eurocêntrico e da subjugação desses mesmos povos. Conforme Viveiro de Castro (2002), esses processos coloniais não se restringiram às ocupações territoriais, mas implica também em uma violência ontológica, que desautoriza formas de pensar, viver e existir. A fim de exemplificar tal questão, Castro (2002), afirma que, a imposição religiosa não foi acidental e nem se restringia a uma conversão espiritual, mas

fazia parte de um projeto de apagamento das crenças cosmológicas, práticas cotidianas e linguagens indígenas.

Apesar das sucessivas tentativas de desautorização, apagamento e silenciamento histórico, político e cultural, os povos indígenas resistem de maneira plural, por meio da manutenção de suas práticas culturais, da linguagem e da memória. Essa resistência, portanto, ultrapassa os limites físicos e territoriais, estendendo-se também, aos campos simbólicos, discursivos e epistêmicos.

Assim, convém destacar que este estudo parte dos apontamentos de Manuela Carneiro (2009), Geerts (2008) e Wagner (2018) que conceituam o que é cultura; e das reflexões oriundas de vozes indígenas como Baniwa (2016), na compreensão de que de que não se trata somente de resistir às violências materiais, mas também de mobilizar mecanismos de reconstrução das narrativas subalternizadas e reafirmar cosmologias próprias que desafiam à lógica colonial frequentemente imposta aos povos indígenas.

Construção metodológicas

Este artigo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa e exploratória, realizada por meio de revisão bibliográfica e análise teórica. A abordagem qualitativa busca compreender e explicar as dinâmicas das relações sociais, buscando resultados mais robustos possíveis (Gerhardt; Silveira, 2009). Esse tipo de abordagem favorece uma maior riqueza de informações (Marconi; Lakatos, 2017).

Os métodos qualitativos mostram uma abordagem diferente da investigação acadêmica do que aquela dos métodos da pesquisa quantitativa. A investigação qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas; estratégias de investigação; e métodos de coleta, análise e interpretação dos dados. Embora os processos sejam similares, os procedimentos qualitativos baseiam-se em dados de texto e imagem, têm passos singulares na análise dos dados e se valem de diferentes estratégias de investigação (Creswell, 2010, p. 206).

Quanto ao objetivo, a pesquisa se caracteriza como exploratória. Selltiz et al. (1967, p. 63 apud Gil, 2002, p. 41) apontam que a pesquisa exploratória se divide nas seguintes etapas: “(a) levantamento bibliográfico; (b) revisão da literatura; Articulação dos conceitos e autores mobilizados no texto.

Foram selecionados e examinados textos de referência nas áreas de antropologia, etnolinguística e estudos culturais, com ênfase na discussão sobre a categoria cultura e

seu uso político entre os povos indígenas, configurando-se como a primeira etapa deste estudo. Em seguida, realizou-se uma revisão bibliográfica, com a finalidade de compreender como as diferentes abordagens teóricas concebem a categoria cultura, enquanto uma construção discursiva, e de que maneira essa categoria tem sido apropriada pelos povos indígenas como instrumento de resistência e enfrentamento aos processos históricos de subalternização. Por fim, articulamos os principais conceitos e autores mobilizados neste estudo, na tentativa de promover uma discussão teórica e reflexiva acerca de como a cultura é utilizada pelos povos indígenas como instrumento de resistência.

Noção de cultura

Primeiramente, é preciso destacar que a categoria cultura é uma criação discursiva. De acordo com Bakhtin e Volochinov (1995, p. 41) “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios”. Os autores destacam ainda que, depois que um produto é criado ideologicamente ele passa a fazer parte da realidade. À vista disso, depois que esse signo é posto em evidência ele passa a ser visto como algo natural à existência. Assim, o destaque desse signo não apenas o coloca sob os holofotes, mas também o incorpora à trama existencial, onde sua significância se entranha de forma inextricável.

Essa ideia dialoga com a concepção de cultura apresentada por Clifford Geertz, que defende o conceito de cultura como essencialmente semiótico. Acreditando que o homem está amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assim, assume a cultura “como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas uma ciência interpretativista, à procura do significado” (Geertz, 2008, p. 4).]

Neste sentido, Geertz (2008, p. 36), destaca que sem “os homens certamente não haveria cultura, mas, de forma semelhante e muito significativamente, sem cultura não haveria homens”, elucidando o papel que a cultura tem na construção da própria humanidade. A cultura não pode ser compreendida como algo estático, pelo contrário, ela é dinâmica e permanece em estado de construção e reconstrução, moldando a dinâmica existencial humana.

Manuela Carneiro (2009) destaca que o termo “cultura”, na perspectiva antropológica, tem origem na Alemanha e inicialmente estava associado à ideia de uma qualidade primordial que unia as pessoas em nações e estabelecia diferenças distintas entre elas. Para Wagner (2018), a utilização antropológica do termo "cultura" representa uma ampliação simbólica e até mesmo uma democratização de uma concepção originalmente elitista e aristocrática. Essa perspectiva representa uma expansão abstrata da ideia de domesticação e aprimoramento humano, transitando do âmbito individual para o coletivo. Nesse sentido, pode-se falar de cultura como controle, refinamento e aperfeiçoamento gerais do homem por ele mesmo, em lugar da condescendência de um só homem nesse aspecto.

A antropologia dedica-se ao estudo do ser humano investigando diversos aspectos como a mente, o corpo, as mudanças, as origens, os instrumentos, a arte e os grupos sociais. No intuito de integrar esses aspectos em um padrão geral ou totalidade, os antropólogos adotaram o termo "cultura" como uma ferramenta conceitual fundamental. Ao empregar a expressão - cultura humana, se referem de maneira ampla ao fenômeno do ser humano como um todo. Por outro lado, ao mencionarem uma cultura ou as culturas da África, estão focalizando tradições específicas vinculadas a contextos geográficos e históricos particulares, considerando-os como casos singulares do fenômeno humano. Dessa forma, a cultura emerge como uma linguagem que possibilita discutir tanto o ser humano em sua totalidade quanto casos específicos desse fenômeno, dependendo da perspectiva adotada (Wagner, 2018).

Para o autor, a perspectiva antropológica é consideravelmente abrangente uma vez que ela compara o fenômeno humano com outros eventos do universo, destacando sua amplitude e alcance significativos. Em seu sentido mais amplo:

o termo “cultura” também procura reduzir as ações e propósitos humanos ao nível de significância mais básico, a fim de examiná-los em termos universais para tentar compreendê-los. Quando falamos de pessoas que pertencem a diferentes culturas, estamos, portanto, nos referindo a um tipo de diferença muito básica entre elas, sugerindo que há variedades do fenômeno humano (Wagner, 2018, n.p).

A cultura que ouvimos falar e que conhecemos não é algo patente, estático e solidificado. A cultura é inventada. Pode parecer uma afirmativa brusca, grosseira, mas esta é a verdade, a cultura é criada. Nas palavras de Wagner, o antropólogo faz uso de sua própria cultura para estudar outras culturas. No entanto, é necessário compreender esta

invenção não como um fato fantasioso, mas sim como um processo que ocorre de forma objetiva por meio de observações e de aprendizagens. Quando um antropólogo chega a uma comunidade para realizar um estudo, ele se depara com o desafio de construir gradualmente sua compreensão sobre os elementos culturais ali presentes. Mesmo que tenha conhecimento da língua e compreensão das dinâmicas existenciais locais, sua experiência é inicialmente limitada. Até aquele momento, a cultura era para ele uma abstração acadêmica algo complexo e diversificado, porém percebido como monolítico. Tornava-se difícil assimilar ou visualizar essa cultura de forma tangível. A verdadeira compreensão só ocorre quando o antropólogo consegue vivenciar a cultura ao seu redor (Wagner, 2018).

Nesse contexto, a experiência do antropólogo se modifica à medida que ele se envolve na comunidade, superando a visão anteriormente acadêmica. A cultura deixa de ser uma entidade distante e complexa para se tornar uma realidade tangível. A incapacidade de ver essa cultura ao seu redor limita a utilidade e o conforto que ela pode proporcionar ao antropólogo, destacando a importância de uma imersão efetiva para uma compreensão mais aprofundada e significativa.

A cultura em geral é criada com base nas culturas que criamos por meio do uso deste termo e uma imposição de nossas preconcepções a respeito de outros povos. “O que um pesquisador de campo inventa, portanto, é seu próprio entendimento: as analogias que ele cria são extensões de suas próprias noções e daquelas de sua cultura, transformadas por suas experiências de noção de campo” (Wagner, 2018, n.p). Nesse sentido, um pesquisador de campo, ao realizar suas investigações, não se limita a uma mera coleta de dados objetivos, mas, em vez disso, atua como um construtor ativo de entendimento. Sua capacidade de inventar está intrinsecamente ligada à interpretação pessoal das observações realizadas, sendo influenciada por suas experiências individuais e pelo contexto cultural ao qual pertence. O conhecimento gerado não é uma reprodução neutra dos fatos, mas uma construção subjetiva moldada pelas lentes do próprio pesquisador.

A cultura indígena como forma de resistência

Para dar prosseguimento a esta escrita, apresenta-se uma passagem de Freire (2004), no livro *Rio Babel: A histórias das línguas na Amazônia*,

[...] no século XVI, não havia um único falante de português na Amazônia, mas em seu território eram faladas cerca de 700 línguas indígenas, todas elas ágrafas, depositárias de sofisticados conhecimentos no campo das chamadas etnociências, da técnica e das manifestações artísticas, que eram transmitidas através da tradição oral e de diversos tipos de narrativas (Freire, 2004, p. 16).

No relato de Freire, é mostrado o quão diversas eram as línguas indígenas na época em que os colonizadores chegaram nas terras que seriam chamadas de Brasil, e consequentemente, os povos, no entanto, essas línguas foram tratadas como inferiores e muitas vezes demonizadas aos olhos dos colonizadores. E, dessa forma, essas línguas foram sendo retraídas, bem como seu povo, que hoje não existe mais na grande quantidade que já existiu um dia.

Os grupos indígenas foram perseguidos e macerados ao longo dos anos por serem diferentes e não terem a mesma dinâmica existencial dos colonizadores. E, apesar da resistência, muitos foram dizimados, povos totalmente destruídos. Poderia pensar-se isto é coisa do passado, de outros tempos, outro modo de pensar, ledor engano. Como no passado, esses grupos continuam a ser perseguidos e sofrem uma constante tentativa de apagamento, como pode ser destacado por Edson Kayapó (2016), no texto *Identidade e literatura indígena: o encontro necessário na escola brasileira*, os grupos indígenas só são lembrados em datas específicas, onde são exibidos todos os tipos de estereótipos.

O autor ressalta que se elegeu (diga-se o colonizador elegeu) uma data que em teoria deveria ser uma data para prestar homenagens aos povos indígenas, no entanto acabam usando esta para fortalecer o discurso estereotipado sobre os indígenas e o apagamento da história desses povos. Nesse mesmo sentido, Gersem Baniwa (2016), no texto *Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena*, ressalta que os conhecimentos dos povos indígenas são inferiorizados frente à sociedade não indígena, que se coloca como detentora dos "verdadeiros" conhecimentos em detrimento aos demais. A conservação e o nutrimento desta visão fortalecem a ideia do povo desenvolvido, superior, o povo salvador que resgata os demais povos de sua inferioridade existencial.

Castro (2002) observa que os processos coloniais não se restringiram à expropriação de territórios, mas avançaram sobre a própria ontologia indígena, impondo um modelo único de mundo que deslegitimava suas cosmologias, práticas e linguagens. Tal violência, advinda de um projeto colonial, visava apagar os diversos modos de existir

e impor uma racionalidade eurocêntrica como universal. Ao considerar esse aspecto, torna-se evidente que a desvalorização dos saberes indígenas, mencionados por Baniwa (2016), e a questão da estereotipação destacada por Kayapó (2016), fazem parte de um mesmo processo de subalternização.

Por meio do exposto, é possível perceber como os povos indígenas tiveram suas existências subalternizadas e uma constante tentativa de apagamento e invisibilização. Nessa perspectiva, questiona-se se a cultura pode ser utilizada como um instrumento para a afirmação e visibilização dessas existências. Acredita-se que sim. No entanto, é necessário explorar a definição de cultura e refletir acerca dos elementos que essa categoria abrange.

Compreender a cultura nesse contexto exige considerar está ligada a forma como as pessoas se relacionam e compreendem o mundo que os cercam. Roy Wagner (2018) destaca que as analogias criadas pelo pesquisador não surgem de forma isolada; ao contrário, são extensões das noções preexistentes e das raízes culturais que permeiam sua formação. Essas analogias servem como ferramentas cognitivas que ajudam a elucidar e comunicar complexidades, conectando o familiar ao desconhecido. Contudo, é importante ressaltar que essas representações são dinâmicas e fluidas, pois são constantemente transformadas pelas experiências vivenciadas durante a pesquisa de campo. O entendimento resultante, portanto, é uma síntese única e personalizada, onde a interação entre o pesquisador, suas percepções e o ambiente estudado desempenha um papel fundamental na construção do conhecimento.

Nas palavras de Wagner (2018) “o efeito dessa invenção é tão profundo quanto inconsciente”. A afirmação de Roy Wagner se coaduna com o descrito por Bakhtin e Volochinov, na obra *Marxismo e filosofia da linguagem* (1995, p. 31), onde os autores destacam que quando um produto ideológico é gerado este “reflete ou refrata uma outra realidade que lhe é exterior”. Essa invenção se dá através de um olhar externo repleto de preconceções que fogem do ambiente que estão analisando e/ou estudando. Mas, essa criação se introjeta na sociedade como algo patente e se perdura com um fato corrente a dinâmica existencial daqueles a quem está criação foi imputada.

Mas, afinal, depois que este produto é criado qual a relevância dele e se é uma criação é algo realmente válido? Considerando o que descreve Bakhtin e Volochinov (1995, p. 31), sim, pois para os autores “um produto ideológico faz parte da realidade”.

Nesse sentido, quando um produto é concebido de forma ideológica, ele transcende a esfera da abstração para tornar-se um elemento intrínseco à realidade. Essa “transição” ocorre à medida que a criação ideológica, permeada por perspectivas e preconceções específicas, é introduzida no tecido da sociedade. Ao ser imbuído de significado e adotado como parte integrante da dinâmica existencial, esse produto molda a compreensão coletiva da realidade. Assim, o que inicialmente surge como uma construção ideológica torna-se, com o tempo, uma entidade tangível e influente na vida cotidiana, contribuindo para a formação de valores, normas e visões de mundo compartilhadas dentro de uma comunidade ou sociedade mais ampla. Essa transição do ideológico para o “concreto” destaca a capacidade de certas criações moldarem ativamente a percepção e a interação humanas no âmbito sociocultural.

À vista disso, a categoria cultura pode ser visibilizada, uma vez que a criação ou invenção, conforme descreve Roy Wagner, se dá a partir de percepções externas e é introjetada no presente como algo comum à existência de diversos grupos. No entanto, o uso desta categoria representa aspectos relevantes para grupos ou povos que, por muito tempo, foram macerados perante os grupos sociais hegemônicos. Nesse contexto, o autorreconhecimento da cultura também serve como um instrumento para o visibilização dessas comunidades historicamente oprimidas.

Isso pode ser visualizado no texto de Manuela Carneiro, “Cultura” e Cultura: Conhecimentos Tradicionais e Direitos Intelectuais, (2009). Com base na autora, à medida que a “cultura” foi sendo introduzida pelo mundo, sua influência transcendeu fronteiras e assumiu um novo papel significativo como argumento político. Nesse contexto, ela se torna uma “arma dos fracos”, uma ferramenta poderosa nas mãos dos que foram historicamente oprimidos e invisibilizados. A cultura se transforma em ferramenta de resistência contra as potências colonizadoras.

Carneiro (2009, p. 313) destaca que a cultura se refere a algo que supostamente os povos previamente já teriam. É como se eles já tivessem “cultura em si” ainda que não tivessem “cultura para si”. A cultura é algo natural, intrínseco aos povos, no entanto não se tinha esta noção conceitual deste termo, somente posteriormente, adquire-se consciência da significância que o autorreconhecimento da cultura assume. A premissa de que todos os povos possuem suas culturas originais sugere que, ao adentrarem no estágio de “cultura para si”, passam a buscar ativamente exibi-la. Nesse contexto, a

cultura assume uma dimensão performática, indicando a transição de uma condição intrínseca para uma expressão mais consciente e pública de uma identidade cultural.

Os povos indígenas frequentemente vêm empregando o termo 'cultura'. Em 1991, Terence Turner destacou essa tendência ao ilustrar como os Kayapó transformaram a "cultura" em um recurso político significativo. Esse fenômeno não é exclusivo dos Kayapó, processos semelhantes são observados em outros grupos povos, onde a "cultura" passar a assumir um papel crucial em dinâmicas políticas e sociais. Esse fenômeno revela a capacidade adaptativa das comunidades indígenas ao utilizar conceitos culturais como estratégias eficazes em contextos políticos e sociais específicos, conforme Carneiro (2009).

Na leitura que faço de Manuela Carneiro (2009, p. 373), compreendo "cultura" como um instrumento político, capaz de ser usado como arma, que "afirma identidades, dignidade e poder diante de Estados nacionais ou da comunidade internacional", essa seria a "cultura para si", quando os povos passam a falar sobre sua própria cultura como um recurso para afirmação ou visibilização existencial.

Nesse sentido, essa categoria, criada e propagada discursivamente, se reconfigura nas mãos dos destes grupos, sendo um instrumento basilar para que estes reivindiquem suas demandas e conquistem o reconhecimento social e político.

Considerações finais

A discussão desenvolvida ao longo deste artigo, resulta de inquietações em torno das questões iniciais que direcionam esse estudo. Ao partirmos da necessidade de compreender as múltiplas compreensões de cultura, sobretudo em sua mobilização como mecanismo de resistência aderido pelos povos indígenas, optou-se por uma abordagem teórica, centrada na revisão da literatura de conceitos e autores que discutem as noções de cultura, enquanto construção discursiva e mecanismo de resistência.

Narrar as formas pelas quais os povos indígenas se apropriam de aspectos culturais como estratégia de resistência não significa negar os atos violentos e brutais que marcaram suas histórias. Ao contrário, reconhece-se a perseguição, a dizimação, a destruição e o apagamento histórico de incontáveis povos indígenas. Foram práticas opressoras que, inclusive, ultrapassaram os limites físicos e se estenderam para os campos simbólicos, culturais e discursivos. Trata-se das agressões que envolvem a imposição

cultural, linguística, identitária, que atua persistentemente como forma de deslegitimar e desautorizar os modos de vida e as práticas culturais dos povos originários, a fim de moldá-los sob a lógica das referências externas e coloniais.

Assim, diante das múltiplas formas de opressão e violência, herdadas pelo colonialismo, a cultura emerge como um dos principais instrumentos de resistência dos povos indígenas. Por meio de suas línguas, crenças e saberes próprios, esses povos reafirmam suas identidades e preservam seus modos de existência, mesmo diante das frequentes e incessantes tentativas de apagamento e silenciamento histórico que atravessam as suas trajetórias.

Referências

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV, Valentin Nikolaevich. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

BANIWA, Gersem. Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena. In ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Das Margens**. Rio Branco: Nepan Editora, 2016. p. 41 - 56.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. “Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. **Cultura com aspas**, p. 311-373, 2009.

CASTRO, Eduardo Viveiros. **A inconstância da alma selvagem**: e outros ensaios da antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto / John W. Creswell; tradução Magda Lopes ; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva. 3.ed. Porto Alegre : Artmed, 2010.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Rio Babel**: a história das línguas na Amazônia. EdUERJ: Atlântica Editora, 2004.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KAYAPÓ, Edson. Identidade e literatura indígena: o encontro necessário na escola brasileira. In ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Das Margens**. Rio Branco: Nepan Editora, 2016. p. 57 - 75.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. Ubu Editora LTDA-ME, 2018.